



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE
À FOME
SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

PORTARIA Nº 7, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre os objetivos estratégicos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o exercício de 2026.

O SECRETÁRIO DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 34 do Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, e o art. 7º da Portaria MDS nº 1.081, de 30 de abril de 2025, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria fixa os objetivos estratégicos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o exercício de 2026, com vistas à promoção da inclusão produtiva, do aumento da renda, da melhoria da qualidade de vida e do fortalecimento da participação social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Art. 2º Constituem objetivos estratégicos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o exercício de 2026:

- I - promover o enfrentamento abrangente da exclusão social e a mitigação dos impactos multidimensionais da pobreza, assegurando a ampliação do acesso, da permanência e da ascensão das populações vulneráveis no mundo do trabalho;
- II - fortalecer a inclusão socioeconômica, mediante ampliação de oportunidades de ocupação e geração de renda, em consonância com os princípios da Agenda do Trabalho Decente, preconizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- III - fomentar a geração de empregos formais para pessoas inscritas no CadÚnico, o fortalecimento de pequenos negócios, e a inclusão produtiva de pessoas com deficiência;
- IV - viabilizar as operações de microcrédito produtivo orientado, articuladas a ações de mentoria, capacitação em gestão, assistência técnica e apoio comercial, com garantias estruturadas pelo Fundo Garantidor de Operações – FGO, priorizando regiões e grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica;
- V - estimular e fortalecer parcerias com instituições públicas, privadas, financeiras, acadêmicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, visando ampliar as oportunidades de trabalho, renda e capacitação profissional, bem como, fomentar a cooperação técnica e a captação de recursos;

VI - reforçar a capacitação empreendedora e a atuação de agentes estruturadores de negócios, garantindo assistência técnica contínua e o custeio necessário, por meio de subvenções econômicas operações de crédito, observada a disponibilidade orçamentária e financeira;

VII - estabelecer mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação, com base em dados qualificados e evidências consistentes, para mensurar os impactos socioeconômicos e promover ajustes estratégicos na execução do Programa;

VIII - firmar e expandir a presença do Programa nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, assegurando sua atuação nacional de forma integrada, coordenada e articulada com os governos estaduais, distrital e municipais;

IX - possibilitar a qualificação profissional, por meio de cursos técnicos, de gestão e de formação para o trabalho, a economia solidária, o cooperativismo e o empreendedorismo sustentável, com foco na inclusão produtiva e no desenvolvimento de competências;

X - estruturar uma base nacional de formação, pesquisa e produção de conhecimento voltada à consolidação da inclusão socioprodutiva como política de Estado, promovendo a articulação entre órgãos e entidades governamentais, instituições de ensino, pesquisa e organizações da sociedade civil;

XI - instituir instrumentos de reconhecimento e certificação de boas práticas em inclusão produtiva, em parceria com instituições públicas, acadêmicas e da sociedade civil;

XII - consolidar a cooperação entre a União, Estados, Municípios, empresas, instituições financeiras, universidades e organizações da sociedade civil, de modo a assegurar escala, continuidade e impacto territorial das ações do Programa;

XIII - realizar evento internacional de inclusão socioeconômica, voltado ao intercâmbio de experiências e à promoção de boas práticas entre países parceiros; e

XIV - implementar projetos piloto de inclusão socioeconômica em territórios indígenas, com foco na bioeconomia, no artesanato, no agro extrativismo e nas cadeias produtivas sustentáveis. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS

Secretário de Inclusão Socioeconômica



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Everton de Farias**, Secretário(a), em 08/12/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **17906793** e o código CRC **BC4628FC**.